



FUNDOS EUROPEUS

Apoios Os dois maiores concursos do PRR pagarão €200 milhões a €300 milhões. No Portugal 2020 há mais de €2 mil milhões. Vem aí o Portugal 2030

Quanto dinheiro pode chegar às empresas em 2022?

Textos **JOANA NUNES MATEUS**

Durante 2021 — o ano ‘zero’ do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que terminará em 2026 —, as empresas não receberam mais de €100 mil a fundo perdido. O dinheiro foi para os resineiros-vigilantes (ver texto ao lado), que ficarão para a história de Portugal como os primeiros empresários a obterem o cheque da chamada ‘bazuca’ europeia.

Durante 2022, os apoios já poderão atingir centenas de milhões de euros. O dinheiro começará a ser transferido, sobretudo para a indústria nacional, à medida que forem aprovadas as candidaturas aos diferentes concursos abertos no portal Recuperar Portugal.

“Estamos a antecipar os prazos de decisão inicialmente previstos”, diz ao Expresso o secretário de Estado Adjunto e da Economia, João Neves. “O grosso dos apoios dirigidos ao investimento empresarial está nos dois concursos já lançados: Agendas para a Inovação Empresarial e Descarbonização da Indústria. Ao longo deste ano será feita a avaliação destes projetos e também os pagamentos iniciais, que estimamos em €200 milhões a €300 milhões.”

As “agendas” são o maior concurso do PRR: €930 milhões a fundo perdido, que durante o segundo semestre de 2021 foram disputados por mais de 140 consórcios, envolvendo milhares de empresas e investigadores. Apurados para a final foram 64 consórcios, que pretendem investir €9,8 mil milhões em baterias, tecnologias disruptivas e outras exportações ultrainovadoras. Na corrida estão empresas como a Petrolgal, Efacec, DST, NOS, Polisport, Colep, Navigator, Altri, Autoeuropa, Bosch, Bondalti, Sonae, Simoldes e Mota-Engil. Peritos nacionais e internacionais serão chamados para o júri do concurso que agora arranca. “Estará aberto durante dois meses e depois o processo de avaliação deverá ocorrer durante 40 dias úteis”, diz João Neves.

O segundo maior concurso do PRR também começará a distribuir dinheiro no segundo semestre de 2022. As candidaturas aos €705 milhões para descarbonização da indústria estão abertas até 29 de abril, devendo a seleção ocorrer nos 80 dias úteis seguintes. Os projetos aprovados terão logo direito a um adiantamento da ‘bazuca’.

Dinheiro virá de outros concursos que o PRR lançou para a agricultura, as pescas, a floresta, a bioeconomia, o hidrogénio, a transição digital. Programados para este semestre estão mais concursos para comércio digital, livra-



Portugal 2030 Menos papéis e Linha dos Fundos em abril

A AD&C — Agência para o Desenvolvimento e Coesão celebrou três protocolos para facilitar a vida de quem precisa dos fundos

A Linha dos Fundos — que promete tirar todas as dúvidas sobre os apoios europeus do Portugal 2030, do Portugal 2020 ou do Plano de Recuperação e Resiliência — vai arrancar com testes em março para abrir oficialmente no início de abril.

Na primeira linha do serviço deste serviço de atendimento ao público estará uma equipa de sete operadores, um supervisor e um coordenador. A Linha dos Fundos funcionará todos os dias úteis das 9h às 18h, seja para informar os potenciais interessados nos subsídios e empréstimos da União Europeia, seja para ajudar a resolver os problemas dos beneficiários destes fundos europeus.

Além de informar sobre os diferentes tipos de apoios, a Linha dos Fundos pode esclarecer

dúvidas quanto às candidaturas, às operações aprovadas ou aos pedidos de pagamento de fundos. E prestar apoio técnico a quem utiliza a plataforma do Balcão dos Fundos na internet.

O novo serviço de atendimento está a ser operacionalizado em tempo recorde graças a uma parceria entre a Agência para o Desenvolvimento e Coesão

Protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa permite aos cidadãos tirar todas as dúvidas sobre fundos

(AD&C) e a Agência para a Modernização Administrativa (AMA). O protocolo foi assinado na segunda-feira, dia 24.

“Queremos simplificar a vida aos beneficiários dos fundos europeus e estar cada vez mais próximos para os podermos

apoiar na jornada de acesso e execução dos seus projetos. Acreditamos que este acompanhamento beneficia a qualidade dos projetos e gera melhores impactos na economia e na sociedade”, disse Nuno Oliveira Santos, o presidente do conselho diretivo da AD&C.

“Este é um sinal de que a administração pública é cada vez mais um conjunto de serviços de excelência que se articula e trabalha em rede para prestar um melhor serviço público”, acrescenta o líder da entidade que coordena a aplicação dos fundos europeus em Portugal.

“Trata-se de um serviço multicanal de atendimento integrado com informações sobre fundos, apoio técnico ao portal e informação sobre avisos e projetos”, explica o vogal do conselho diretivo da AMA, Paulo Mauritti. “A AMA dispõe de recursos humanos e tecnológicos que permitem a implementação da linha telefónica,

de forma eficiente e integrada. Serviços semelhantes — como a Linha do Cidadão ou o Centro de Atendimento Consular — já realizaram, com enorme sucesso, cerca de dois milhões de atendimentos.”

Menos papéis

A 21 de janeiro, a AD&C celebrou outro protocolo para troca de informação com a Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) que promete agilizar vários dos passos necessários até ao pagamento dos fundos europeus.

Em causa está um protocolo de comunicação entre as duas entidades (o chamado *webservice*) para “verificar o estado de inscrição de um membro da OCC no momento do pedido, por parte de todos os utilizadores do Balcão 2020, com vista à validação da informação financeira e cumprimento de requisitos técnicos associados

às despesas submetidas a cofinanciamento”.

Por outras palavras, a AD&C saberá em permanência se os contabilistas estão certificados para os atos em que representam os beneficiários dos fundos europeus. É menos um papel.

Na ocasião, a bastonária da OCC, Paula Franco, salientou a importância dos contabilistas

Parceria com o Portal Base e os contabilistas certificados permite desburocratizar o acesso aos fundos europeus

“na certificação de todos esses processos, nomeadamente nos pedidos de reembolso e validação de despesas”. E congratulou-se por esta agilização estar a ser feita de forma desmaterializada.

A 20 de janeiro, a AD&C celebrou um terceiro protocolo com

o Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC). Esta entidade tem por missão regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário ou gerir o Portal BASE dos contratos públicos.

O protocolo visa a “disponibilização da informação constante das bases de dados do Portal BASE, relativa aos contratos públicos sinalizados pelos beneficiários, exclusivamente em cada operação financiada pelos fundos europeus”. Esta será depois disponibilizada pela AD&C às entidades responsáveis pela análise, aprovação e acompanhamento dos projetos cofinanciados pelos fundos comunitários ou pelo PRR.

Neste contexto, o protocolo de colaboração com o IMPIC agilizará o acesso a informação existente na Administração Pública que é necessária à instrução do processo de análise de candidatura, concessão e pagamento dos fundos europeus.



rias, *startups* e outras pequenas e médias empresas (PME). O grande concurso de €186 milhões para os centros de tecnologia e inovação abre no segundo trimestre. Esta semana, o Banco Português de Fomento lançou dois novos programas de apoio, no valor de €650 milhões. Entretanto, várias empresas já estão a faturar milhões como fornecedoras dos investimentos públicos do PRR (ver notícia abaixo).

Portugal 2020 e Portugal 2030

A associação de consultores Aconsultiip tem "expectativas muito positivas" quanto ao PRR. O problema são os atrasos do velho quadro comunitário, que termina em 2023. "Ainda não há novidades relativamente ao último grande concurso do Portugal 2020", lamenta Victor Cardial, presidente da Aconsultiip. "É uma indefinição muito penalizadora para os empresários."

Em causa está o concurso, de €400 milhões, do Portugal 2020 para inovação produtiva, que recebeu cerca de dois milhares de candidaturas de norte a sul do país. Os resultados deviam ter saído no final do ano. "Vamos concluir a análise das candidaturas até fevereiro", estima agora João Neves.

Este que é o último grande concurso do Portugal 2020 poderá ser simul-

taneamente o primeiro do Portugal 2030. As intenções de investimento aproximam-se dos €4 mil milhões e os novos fundos serão mobilizados caso a qualidade dos projetos candidatados assim o justifique. "Se for necessário, será feita a transição de projetos para o novo quadro comunitário", diz o governante.

No final de 2021, o Portugal 2020 já pagara €4,2 mil milhões dos €6,6 mil milhões de incentivos contratualizados com as empresas desde 2015. Os restantes €2,4 mil milhões serão pagos à medida que as empresas forem conseguindo executar os seus investimentos no terreno em 2022 e 2023.

Quanto ao novo quadro comunitário 2021-2027, a Aconsultiip diz "não existirem ainda indicações claras da arquitetura e dos incentivos a atribuir no Portugal 2030". Tal impossibilita "a preparação dos projetos de investimento, de inovação e de competitividade que permitam às empresas um posicionamento adequado na fase de crescimento que se espera no período pós-pandemia", alerta Victor Cardial.

O secretário de Estado Adjunto e da Economia afirma que os primeiros concursos ao investimento empresarial serão lançados mal as negociações com Bruxelas assim o permitam. "A negociação inicia-se agora em fevereiro e será feita ao longo do primeiro semestre."

economia@expresso.imprensa.pt

A JMR Plus — com os seus resineiros-vigilantes de Seia — foi das primeiras empresas a receber o subsídio do PRR
FOTOS JMR PLUS



Resineiros vão ficar para a história como os primeiros empresários a receber da 'bazuca'

A empresa JMR Plus, com sede em Seia, foi das primeiras a obter um subsídio do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Foram €6900 em 2021 devido ao serviço de vigilância prestado pelos seus resineiros durante a época de maior risco de incêndio da floresta. "O programa Resineiros Vigilantes já existe há alguns anos. Só que, antes, era pago pelo Fundo Florestal e agora é pela 'bazuca'", explica João Martins, o empresário da JMR Plus e tesoureiro da Associação de Destiladores e Exploradores de Resina (Resipinus). "Desde que implementámos este programa nunca mais tivemos um incêndio. Estamos sempre na floresta a resinar os pinheiros. Tomamos conta de 40 mil árvores. Passamos de 15 em 15 dias pela mesma árvore." No âmbito do PRR, foram mobilizados €99 mil para pagar o serviço prestado em várias florestas do país durante 2021. O protocolo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas com a Resipinus estabelece o pagamento de €50 por resineiro nos dias úteis e de €100 ao fim de semana e feriados, até 55 dias de serviço público por equipa de três resineiros. Mas a 'bazuca' tem mais dinheiro. Hilário da Costa, presidente da Resipinus, destaca os

€33 milhões que o PRR tem para fomentar a produção da resina, lançar a Academia do Resineiro, desenvolver o pinheiro-bravo e as técnicas de resinagem ou apostar na investigação para fazer chegar novos produtos ao mercado. "Para quem nunca teve nada, o PRR é uma grande oportunidade para a fileira da resinagem." Este empresário lembra que Portugal já foi o segundo maior produtor desta matéria-prima com tantas aplicações industriais, desde tintas, ceras e isolamentos, até pastilhas elásticas ou sabrinas de ballet. O maior produtor é a China, cujos preços baixos arrasaram a resinagem portuguesa na viragem do século. "Foram anos negros. Havia meia centena de fábricas e agora há meia dúzia", lamenta. Mas a resina está hoje no lado certo da recuperação "verde" europeia. "Todos os incentivos à resinagem têm vantagens para o país. Pode substituir importações porque é uma matéria-prima que os industriais são obrigados a comprar ao estrangeiro. Pode fixar mais pessoas nas zonas do interior e onde há mais florestas a proteger. E ser amiga do ambiente, porque a resina natural do pinheiro pode substituir as resinas sintéticas derivadas do petróleo", explica Hilário da Costa.

PRR Nove fornecedores já têm contratos de milhões

Lena, MEO ou CTT entre as empresas que já começaram a lucrar com os investimentos públicos da 'bazuca'

A empresa Inforlandia — Sistemas e Serviços de Informática é quem lidera o *ranking* dos maiores fornecedores dos investimentos públicos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) segundo os dados do Portal Mais Transparência.

A data de 31/12/2021, ascendiam a €53,9 milhões as vendas desta empresa, com sede em Lisboa, à Secretaria Geral de Educação e Ciência (SGEC). Esta entidade pública é quem gere os €228 milhões do PRR para a transição digital na educação.

A venda dos equipamentos e serviços necessários à concretização dos investimentos públicos do PRR é uma via indireta para as em-

presas acederem aos milhões da 'bazuca' enquanto fornecedoras.

O PRR já vale milhões de faturação para outras oito empresas: €32 milhões à Construções Gabriel A. S. Couto (Vila Nova de Famalicão); €28,8 milhões à Claranet II Solutions (Porto); €26,7 milhões aos CTT — Soluções Empresariais (Lisboa); €22,9 milhões à Informantem (Odivelas); €20,7 milhões à MEO — Serviços de Comunicações e Multimédia (Lisboa); €10,7 milhões à Multimac — Máquinas e Equipamentos de Escritório (Lisboa); €6 milhões à Lena Engenharia e Construções (Leiria)

Uma via alternativa para aceder aos milhões da 'bazuca' é fornecer os investimentos públicos

e €5,5 milhões à Restradas — Revitalização de Estradas do Norte (Porto).

As obras da Gabriel A. S. Couto, Lena e Restradas foram contratadas pela Infraestruturas de Portugal (IP) que tem €273 milhões do PRR para estradas (*missing links*). As restantes surgem como fornecedoras da SGEC para a transição digital na educação.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) começou por contratar as empresas Gsfan — Indústria Unipessoal (€659 mil), a Dualtech (€65 mil) e a Rightciper — Projetos de Engenharia Unipessoal (€14 mil) para modernização do ensino profissional. E a Leadership Business Consulting (€36 mil) a trabalhar para a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública (ESPAP) no projeto dos sistemas de informação de gestão financeira pública.